

Uma abordagem sociocognitiva do discurso e sua interface com questões culturais

Paula Pinho Dias

Considerações iniciais

A cultura é o alicerce sobre o qual a sociedade humana é construída. Ela não apenas reflete a realidade, mas a molda ativamente, definindo o que é possível e desejável. E o discurso, como expressão da cultura, é o instrumento principal pelo qual os seres humanos interagem com o mundo, dando forma às suas experiências e construindo a realidade social. Contudo, como toda forma de experiência não é apenas social, mas também cognitiva, propomos discutir nesse capítulo alguns conceitos teóricos relacionados ao discurso que subsidiam sua compreensão na perspectiva sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD).

Tal compreensão pressupõe a interrelação entre as categorias cognição, sociedade e discurso. A cognição é vista como propriedade humana desenvolvida com base nas representações socioculturais compartilhadas. A sociedade é vista como construto humano que resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. E o discurso um modo de ação estruturado linguisticamente que colocam em articulação representações construídas na dimensão cognitiva com base nos conhecimentos socialmente compartilhados.

Considerando, portanto, a interrelação dessas três categorias, após situar os principais pressupostos da ACD e da vertente socio-cognitiva postulada por van Dijk, o capítulo se desenvolve, articulando ao conceito de discurso noções sobre contexto sociocognitivo, memória, conhecimento e crenças, cultura e ideologia - enquanto formas de conhecimento, que norteiam as experiências e as representações sociais dos indivíduos no mundo.

Análise Crítica do Discurso

De forma geral, a ACD entende que o discurso é uma atividade linguística, ou seja, trata-se do uso da linguagem como forma de prática social e não uma atividade puramente individual e, por isso, pode ser analisada em termos de sua estrutura (interna/externa) e de sua ação (repercussão social). Como prática social, produz uma relação dialética com a estrutura social. Por isso, o discurso é tratado como representação linguística e extralinguística: linguística, porque se materializa na fala e na escrita, além de outras modalizações, tais como imagens, cores e movimentos; extralinguística, porque o discurso está imerso nas atividades cotidianas da vida, na materialidade sócio-histórica do sujeito, na constituição da existência social. O discurso é, portanto, resultado dos processos sociais de socialização e de estruturação social, e processo de singularização do ato linguageiro do

homem no mundo¹. É em razão dessa dupla perspectiva que a prática discursiva é vista como reprodutora e transformadora de realidades sociais, uma vez que o sujeito da linguagem é propenso tanto a ser guiado pelas determinações sociais quanto à reconfigurá-las e ressignificá-las.

Nesse sentido, o que caracteriza a visão “crítica” nessa abordagem, além da descrição das práticas discursivas, é o comprometimento em mostrar como o discurso molda e é moldado pelas relações de poder e ideologias, bem como os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, os quais não costumam ser aparentes para os participantes do discurso. Logo, a ACD postula a dialética entre o social e o individual: o social guiando o individual e esse modificando o social.

Vertente sociocognitiva da Análise Crítica do Discurso

A vertente sociocognitiva da ACD tem como seu maior representante van Dijk. Este autor postula para a ACD três grandes categorias: *Sociedade*, *Cognição* e *Discurso*. Estas três categorias se interrelacionam de tal forma que uma se define pela outra (van DIJK, 1997). A sociedade é vista como um conjunto de grupos sociais, cujos indivíduos que os compõem têm em comum os mesmos objetivos, interesses e propósitos. Cada grupo social se define por sua própria prática social. Essa é definida por um conjunto de papéis que constroem a estrutura social. A relação desses papéis entre si define o funcionamento dessa estrutura. A cognição é vista como as formas de conhecimento que

1 “Singularização do ato linguageiro” não significa considerar que o discurso é uma atividade puramente individual. O emprego de discurso em Fairclough responde à articulação dos conceitos da tradição linguística às teorias sociais “que defendem a não liberdade dos interlocutores, mesmo para a conversa cotidiana” (Pinto, 2002, p. 22).

constroem a *memória social* de cada grupo. Importante ressaltar que o modelo de memória selecionado por van Dijk & Kintsch (1983) tem por base o modelo de memória por armazém de Atkinson-Shiffrin: memória de curto prazo, de médio e de longo prazo. A memória de longo prazo armazena os conhecimentos já processados pelo sujeito. Essa memória é dividida em memória social e memória individual (episódica). A memória social armazena conhecimentos construídos em sociedade por meio dos discursos públicos institucionalizados, como os da família, da igreja, da escola, da empresa entre outros. Essa memória compreende ainda os conhecimentos compartilhados no grupo social, onde as pessoas estão inseridas. Já a memória individual (episódica) compreende as formas de conhecimento vivenciadas e experienciadas autobiograficamente pelas pessoas.

Na perspectiva sociocognitiva, considera-se a concepção de práticas discursivas, e essa concepção ultrapassa a ideia de uma análise puramente enunciativa do discurso e revela as faces social e textual do discurso. Assim, o discurso é entendido como um modo de ação, que se dá por meio de representações construídas na instância cognitiva com base nos conhecimentos socialmente compartilhados. O discurso, portanto, é visto como prática e estrutura. Como prática, é também um modo de ação que as pessoas fazem uso para agir no e sobre o mundo, especialmente, sobre outras pessoas. Seu aspecto de estrutura tem a ver com o fato de que todo modo de ação é a exteriorização de um *esquema mental*, cujas estruturas linguísticas são *produtos* dessa atividade de apropriação cognitiva da realidade exterior. Como esquemas mentais, os discursos consistem em relações de categoriais mais gerais que podem ser utilizadas de diferentes formas pelos sujeitos nas interações sociais. Por se tratar de organizações cognitivas de produção e compreensão, tais estruturas são essenciais para o próprio processo interacional entre os indivíduos em situações sociais particulares ou públicas- realizadas face a face, ou virtualmente estabelecidas pelo sistema verbal escrito.

É na sociedade que aprendemos a identificar os discursos e utilizar os conhecimentos por eles construídos e veiculados em específicos campos de saberes. É pelo discurso que entramos em contato com as significações e sentidos, compartilhando conhecimentos que nos permitem (inter)agir com as pessoas no âmbito público e privado de nossas vidas. E nessa interação relacionamos saberes, atualizando e ampliando nossas estruturas mentais, criando e recriando continuamente modelos, que nos possibilitam o acesso à nossa exterioridade por meio dos eventos comunicativos.

Os eventos comunicativos são os exemplos de discurso considerados simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Eles moldam e são moldados pelas variáveis sociais. Moldam tanto na medida em que ajudam a sustentar e reproduzir os lugares e os conhecimentos sociais, quanto na medida em que contribuem para transformá-los. São moldados, porque sofrem variações em sua determinação estrutural e funcional, em razão de se especificarem segundo o domínio particular ou quadro institucional em que são gerados (Fairclough, 2001).

Compreender essa dinâmica implica observar as formas como as relações se estabelecem e as diferentes maneiras e finalidades do uso da linguagem que balizam tais relações. Mas também significa observar como os sujeitos podem posicionar-se dentro dessas práticas, reproduzindo uma ordem discursiva ou estabelecendo novas configurações dessa ordem por meio do discurso. O exame de tais elementos torna possível identificar os tipos de conhecimento e os valores que circulam numa dada sociedade e a maneira pela qual se alicerçam as realidades sociais, bem como as diversas manifestações identitárias que atuam no mundo, mantendo e transformando tais realidades.

O discurso é apresentado por van Dijk (1997) com foco principal na dialética entre o social e o individual. Assim, há discursos sociais públicos institucionalizados e organizados pelas categorias Poder,

Controle e Acesso, para a definição dos seus participantes na interação comunicativa. Tal interação define quais são os participantes, as suas funções, seus papéis sociais identitários e quais ações podem praticar. Entretanto, há discursos que são eventos discursivos particulares em que o individual é privilegiado, embora guiado pelo social.

A vertente sociocognitiva destaca-se, também, por acrescentar que o funcionamento das *estruturas discursivas* e seus *contextos* passam pelo entendimento das *representações mentais individuais e sociais* (van DIJK 1997, 2000, 2012). As representações individuais são as que explicam as razões de diferentes reações dos indivíduos diante de um único acontecimento. As representações sociais definem as culturas e os grupos sociais, de maneira a organizar suas crenças e suas práticas. No marco da vertente sociocognitiva, o contexto é uma categoria fundamental para compreensão da dialética entre o aspecto individual e social do discurso. Ao relacionar a dialética entre o social e o individual, van Dijk (2012) entende o contexto não apenas como uma parte da situação social que circunscreve o discurso, mas antes é um modelo mental subjetivo dessa situação.

Tal maneira de abordar o contexto é fundamental, para que se possa compreender os processos que envolvem a produção e recepção do discurso. Além disso, explica por que os discursos produzidos na mesma situação social não apenas manifestam similitudes baseadas nos conhecimentos compartilhados, mas também são tomados de forma singular e pessoal. É com o intuito de compreender esse fenômeno que os estudos cognitivos e sociais são postos em inter-relação para melhor compreender o discurso.

Contexto sociocognitivo

Contrária à maioria das abordagens que entendem o contexto como propriedades objetivas das situações sociais, que determinam a pro-

dução e recepção dos discursos, a perspectiva sociocognitiva compreende que *não é a situação social que influencia o discurso (ou é influenciada por ele), mas sim a maneira como os participantes definem esta situação* (van Dijk, 2012, p. 11). Portanto, os contextos não são condições ou restrições sociais objetivas. Se assim fossem, diz van Dijk, *todas as pessoas que se encontrassem numa mesma situação social de comunicação falaria-m do mesmo modo* (van Dijk, 2012, p. 11). É sempre com base nas interpretações subjetiva que as situações sociais podem se definir. Por exemplo, consideremos dois professores numa mesma situação de comunicação frente a seus alunos e falando um mesmo assunto. Eles podem não apenas representar de diferentes maneiras esse mesmo assunto, como também podem estabelecer parâmetros diferentes para a situação de comunicação (podem conduzir a aula em forma de diálogo, de forma expositiva, de forma lúdica etc). O que queremos dizer é que os contextos são construtos únicos nos quais podemos identificar a forma de percepção, opiniões e emoções que cada participante projeta na situação de comunicação. Mas são também, enquanto modelos cognitivos, inseridos em condições sociais e culturais mais amplas, sobre a qual os conhecimentos compartilhados se inscrevem possibilitando as relações interpessoais.

O contexto sociocognitivo são como as experiências humanas em que a todo momento e em toda situação definem como vemos a situação presente e como agimos nela (van Dijk, 2012). Por serem ativados em cada nova situação comunicativa, os contextos são continuamente atualizados e adaptados, tendo em vista interpretações subjetivas das restrições inscritas por essas situações. Eles colocam em paralelo a interação e o processamento cognitivo sobre as experiências de interação. Daí os participantes conseguirem planejar prospectivamente muitas das propriedades prováveis da situação comunicativa. Desse modo, além da projeção de sua identidade, cada participante saberá (ou poderá) planejar com quem irá se comunicar e com que objetivo o fará. São as interpretações dos eventos comunicativos e da interação no momento mesmo em que acontecem

que possibilitam *projetar* o modelo de contexto com os detalhes que especificam a situação de comunicação, de modo que a função fundamental do contexto é a de garantir a produção e interpretação de textos (ou falas) adequados a essa situação.

Por serem modelos mentais, os contextos não podem ser confundidos com o texto. Segundo van Dijk (2012), é precisamente por serem *não textos* que os contextos são chamados de *contexto*, embora se saiba que alguns conhecimentos que remetam a textos anteriores possam ser integrados a um novo contexto e serem significativos e apropriados. Seja como for, os modelos de contextos estão armazenados na memória de longo prazo individual, porém foram construídos por guias sociais. Em outros termos, os modelos de contexto são as representações individuais de representações sociais.

Importante ressaltar que o discurso ocorre e particulariza-se como conhecimentos grupais e extragrupais. Tais conhecimentos vão sendo organizados com a experiência e transformam-se em estruturas de conhecimento que, por serem sociais, são entendidos como *esquemas mentais* que guiam socialmente as pessoas; porém, como os conhecimentos sociais são representados pela pessoa com base em suas experiências individuais, as quais constroem formas de conhecimento, os *modelos mentais*. Os *esquemas* são conhecimentos armazenados na memória social, ao passo que os modelos de conhecimento são armazenados na memória episódica. Van Dijk (2000) reconhece nesses dois níveis, respectivamente, o que anteriormente denominou de *Contexto Global* e *Contexto Local*. O contexto global referindo-se à prática social discursiva definida pelos participantes, suas funções e suas ações enquanto papéis sociais e o contexto local, relacionado à representação dos papéis por atores específicos em situações específica de comunicação.

Para van Dijk (2012, p. 87), os contextos

[...] não são um tipo de situação social objetiva, mas construtos dos participantes, subjetivos, embora socialmente fundamentados a respeito das propriedades que para eles são em tal situação, isto é, modelos mentais.

Esses modelos revelam como a compreensão do discurso é moldada por processos cognitivos. Ou seja, as experiências pessoais, armazenadas na memória episódica, influenciam a interpretação da situação comunicativa.

Segundo van Dijk, o contexto não é uma moldura para o discurso, mas um elemento ativo que molda e é moldado por ele. A compreensão do contexto envolve uma interpretação subjetiva dos elementos sociais, políticos e culturais que o constituem. Essa interpretação é influenciada pelas experiências individuais e pelo conhecimento compartilhado pelos participantes da interação. Por isso, o discurso se torna um reflexo das práticas sociais e, ao mesmo tempo, contribui para a sua transformação.

Assim, o processo de elaboração ou compreensão de um discurso se constitui transversal e subjetivamente, pois dependerá, primeiramente de como as pessoas percebem e interpretam os elementos contextuais relevantes para a elaboração desse discurso, assim como os conhecimentos por elas compartilhados (van Dijk, 2006). Para o autor as experiências cotidianas envolvem interações mentais, que são construídas, estruturadas e conectadas à linguagem e ao contexto cultural, possibilitando o ato comunicativo. Portanto, cria-se uma rede mental que permite uma mobilização cognitiva refletida em um discurso. No entanto, devido ao caráter dinâmico das experiências individuais, esses modelos são constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória.

Discurso, conhecimento e memória

As pessoas formam, ativam e atualizam modelos de contexto durante a produção e compreensão dos discursos; por isso, os contextos são também entendidos como modelos de episódios comunicativos. São esses modelos que organizam o modo como o discurso é estruturado e adaptado estrategicamente às situações de comunicação. Nota-se com isso que os contextos são construções com as quais moldamos os discursos, mas também são por eles moldados. Assim, durante as situações de comunicação, as pessoas constroem um modelo mental de conduta ajustado ao mesmo tempo aos conteúdos significados e às propriedades da situação comunicativa (objetivo comunicativo e para quem nos dirigimos). Todos esses procedimentos envolvem formas de conhecimento que podem ser definidas como unidades e processamento de informação construídos, ativados e atualizados na dimensão discursiva e social. Essas formas de conhecimento são produtos do pensamento localizado na mente e, de modo mais particular, na memória². A memória, nesse sentido técnico, não é outra coisa senão um construto teórico relacionado à dimensão cognitiva da mente, isto é, o lugar onde teoricamente se armazena e se processa informação.

Os diferentes tipos de conhecimento podem ser associados à dimensão ou funções da memória. Interessa para nossa abordagem discursiva focalizar dois tipos de memória: memória episódica e memória social. A memória episódica está relacionada aos conhecimentos sobre episódios concretos: fatos, eventos e situações dos quais

2 Estrutura mental e abstrata chamada memória pode ser entendida de duas formas: Memória de Curto Prazo (MCP) e Memória de Longo Prazo (MLP). O processamento da informação, que envolve a percepção e a produção e compreensão do discurso, é elaborado na MCP, que faz uso da informação estocada na MLP (van DIJK, e KINTSCH, 1983). A MLP é subdividida em dois tipos de memória: a) memória episódica – relacionada às experiências pessoais; b) memória social-relacionada aos conhecimentos socioculturalmente compartilhados.

participamos, testemunhamos ou dos quais ouvimos falar. Por estar relacionada às nossas experiências pessoais, podemos chamá-la de memória pessoal. A memória social, por sua vez, está relacionada aos conhecimentos socioculturalmente compartilhados. Por meio desses conhecimentos é que podemos nos comunicar, interagir no mundo e, ao fazermos isso, construímos nossas versões dos fatos, eventos e situações dos quais participamos. Isso significa que, embora nossas experiências pessoais sejam únicas, elas são construídas com base na nossa experiência social, a qual fundamentalmente é acionada pela nossa capacidade comunicativa. Assim, conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir ou ministrar conferências e aulas são exemplos de práticas discursivamente realizadas, que resultam de processos constantes de elaboração e interpretação de conhecimentos compartilhados, mas também de atribuições de sentidos e de valores relacionados a nossa experiência no mundo. Desse modo, a atividade discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados e cognitivamente elaborados.

Conhecimentos e crenças

Para a vertente sociocognitiva, os conhecimentos são formas de representação e, como tal, são entendidos como crenças³. Mais especificamente, as crenças são *blocos de construção da representação mental, unidades de pensamento e julgamento* (van Dijk, 1996, p. 3). O conhecimento, nesse caso, configura-se como uma categoria específica de crenças, isto é, aquelas crenças consideradas por nós (enquanto grupo, comunidade ou cultura) como *verdadeiras*, construídas de acordo com certos fundamentos ou critérios de *verdade* ou *falsidade*. São

3 A palavra *crença*, aqui, não é entendida em sua acepção usual no senso comum, ou seja, não é um termo que designa construções subjetivas passíveis de enganos, opondo-se aos conhecimentos tidos como produto da reflexão e, portanto, considerados “verdadeiros.”

esses critérios que sustentam o que deve ser entendido como padrão de verdade socialmente compartilhado. Obviamente, tais critérios são social, cultural e historicamente variáveis, como os são os conhecimentos baseados neles. O que também significa que, nesse sentido técnico, as crenças não são meramente produtos subjetivos do pensamento, mas produtos da cognição construídos com base social.

Nesse sentido ainda, importa ressaltar que as crenças não estão apenas relacionadas ao que existe ou ao que é (ou pode ser) verdadeiro ou falso, mas também ao julgamento que fazemos sobre as coisas, pessoas ou fatos. Assim configuradas, as crenças são também formas de conhecimento avaliativo, ou seja, opiniões.

Os conhecimentos nessa perspectiva, são, portanto, englobados como crenças e essas são unidades ou representações derivadas e envolvidas no processamento de informação que tem lugar na memória. A memória, nas palavras de van Dijk (1999, p.38), *é um depósito de crenças e, ao mesmo tempo, se define pelos mecanismos, processos, estratégias, atividades mentais que produzem e processam essas crenças*. Nem sempre, porém, essas crenças são *conscientes*, no sentido próprio do termo. Na verdade, muitas são as crenças que não são produtos do pensamento consciente. Por exemplo, do mesmo modo que conhecimentos compartilhados, como as gramáticas das línguas naturais, são, em sua maior parte, tipos de conhecimentos implícitos, podemos, também, ter crenças das quais não temos consciência, ou que tenham sido adquiridas sem que tenhamos plena consciência delas.

No discurso, isso significa que as crenças sociais podem estar pressupostas pelos falantes, e não há necessidade de afirmá-las explicitamente como informação nova. Por isso, a maior parte de seus significados permanece implícita, de modo que muitos dos fatos e conceitos construídos na vida cotidiana estão, rotineiramente, pressupostos nos textos (Dias, 2013). É nesse sentido que entendemos que as culturas estão, em grande parte, caracterizadas nos discursos pelos corpos de crença compartilhadas por indivíduos e grupos sociais.

E nesse ponto, devemos recordar que os conhecimentos pessoais (ou crenças pessoais) se processam na memória episódica e representam as experiências pessoais dos indivíduos, sendo essas experiências do tipo mais geral e abstrata ou do tipo mais específico e concreto. Da mesma forma, os conhecimentos sociais podem ser gerais e abstratos ou históricos, estando relacionados, nesse caso, à memória coletiva específica, de grupos ou mesmo de sociedades inteiras.

São essas crenças pessoais mais gerais que controlam nossas práticas sociais, de um modo similar a como o fazem as crenças compartilhadas de caráter mais gerais e sociais. Mas diferente dessas, são únicas, porque são versões daquilo que aprendemos a (re)conhecer no mundo social. E, embora possamos compartilhar algumas dessas crenças, mesmo assim elas são crenças pessoais. Na verdade, *são essas crenças que definem um indivíduo como pessoa única de modo que sua descrição constitui sua autobiografia* (van Dijk, 1999, p. 52) .

Conhecimentos e cultura

Nossa atenção agora se centra na maneira pela qual os conhecimentos e crenças se materializam e atuam em nossa vida prática objetivados como cultura. Considerando que, na sua forma cotidiana imediata, a cultura se relaciona à rede simbólica criada pelo ser humano para transmitir e apreender ideias, ela é matéria do pensamento, mas é também condições de existencial social. Segundo Geertz (2012), a cultura é a própria condição de existência dos seres humanos, produto das ações por um processo contínuo, através do qual, os indivíduos dão sentido à suas ações e são também identificados como pertencentes a esta ou aquela cultura. Por isso mesmo, diz Geertz: *Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade* (Geertz, 2012, p. 10).

Os conhecimentos que caracterizam a cultura, entendidos como conhecimentos de base cultural, norteiam a organização humana e facultam o domínio sobre o mundo, tendo como instrumento a linguagem que é, por excelência, o meio, e mesmo, a própria possibilidade que dispomos para gerar símbolos. Como parte integrante da cognição humana, a linguagem reflete a relação que estabelecemos com a dimensão social e é nessa condição que emerge sua dimensão discursiva, dimensão constituinte e constitutiva da vida social. O discurso é o que possibilita a manifestação social da linguagem. Por meio dele, cada indivíduo vive sua experiência social no mundo culturalmente estabelecido.

A base cultural da sociedade em geral e dos grupos sociais, que a compõem pode ser entendida como sistemas de conhecimento, que representamos linguisticamente por meio dos discursos e são relevantes para a compreensão da maneira pela qual codificamos nosso modo de operar na sociedade. A cultura, nessa perspectiva, se configura num eixo horizontal com base no qual indivíduos e grupos sociais se apoiam, inconscientemente, para manter a unidade social no cotidiano das relações.

O existir na realidade da vida cotidiana e o apreender dessa realidade é normal, evidente e necessário para a interação social. Essa realidade aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos estabelecida. Assim, cada indivíduo vive sua própria experiência social, que se constrói e é construída por objetivos, propósitos e interesses, que podem em diferentes graus, níveis e situações, aproximá-lo ou distanciá-lo dos objetivos propósitos e interesses de outros. É exatamente isso que, em qualquer que seja a dimensão (interior/exterior) ou em qualquer que seja o nível (particular/coletivo) faz com que sejamos nós mesmos e não outro(s): somos nós mesmos e não outro(s), embora também possamos ser outro(s) de nós, sem deixarmos de ser quem somos.

Conhecimento e ideologia

Embora o enfoque com que fechamos o tópico anterior possa parecer demasiadamente filosófico, não podemos deixar de pontuar que, na essencialidade dessa relação entre nós e o outro, reside o fundamento do que aqui procuramos delinear como *ideologia*. Nessa relação com o outro, as palavras, atitudes e comportamentos ganham significados e sentidos. Esse é, como se sabe, um pensamento que se torna muito útil, quando nos propomos a falar da estrutura e funcionamento da ideologia enquanto dimensão produtora de significados e encadeamentos que tornam hegemônicos conhecimentos que orientam as ações humanas.

Acatamos com Eagleton que *a palavra ideologia seja de fato um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais* (Eagleton, 1997, p. 15). Alguns desses conceitos divergem entre si, e outros são mais compatíveis, ainda que possam suscitar certas curiosidades. Diz o autor,

Se, por exemplo, ideologia significa qualquer conjunto de crenças motivadas por interesses sociais, então não podem se restringir a formas de pensamento dominantes em uma sociedade. Se, por outro lado, a ideologia é, ao mesmo tempo, ilusão e veículo pelo qual os sujeitos entendem o seu mundo, então, isso nos revela algo bastante curioso com relação aos nossos modos habituais de perceber. Ficariamos surpresos se encontrássemos uma pessoa que sustentasse convicções que ela própria considerasse ilusórias. Se compreendermos, por outro lado, a ideologia como percepção inadequada da realidade, uma definição do tipo conjunto de crenças orientadas para a ação deixaria a questão da realidade em aberto (Eagleton, 1997, p. 15).

Há, contudo, diz ainda esse autor, definições de ideologia mais neutras. Ao considerarmos, por exemplo, que ideologia é *um corpo de ideias característico de grupos sociais*, seria possível descrever nossas próprias opiniões como ideológicas, e isso não teria qualquer implicação em termos de verdade ou falsidade. Seriam apenas opiniões, e as opiniões são formas de pensamento valorativas que, embora possam movimentar as ações do homem no mundo, não precisam ser constatadas no mundo factual em termos de verdade/falsidade. É para esta última perspectiva que se direciona o entendimento sobre conhecimentos de base ideológica que, como observamos a seguir, é entendido como crenças pela vertente sociocognitiva postulada por van Dijk.

Crença avaliativa e crença factual

As crenças, como já dissemos, são definidas pelo autor como representação mental, unidades de pensamento e julgamento. Essa definição se especifica ao considerarmos que, de maneira geral, fazemos distinção entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento avaliativo e o conhecimento epistêmico. O primeiro, por ser avaliativo, não pode ser constatado no mundo factual, por isso, define-se em termos de valores positivo/negativo. O segundo, embora resulte da observação do mundo factual, já que é passível de observação em termos de verdade/falsidade, da mesma forma é valorativo, uma vez que os critérios de verdade e regras de evidência também advêm de pontos de vista, cultural e historicamente variáveis, como o são os conhecimentos baseados neles.

Decorre do que antecede que não há um critério de descrição inequívoco entre conhecimento e opinião. Embora saibamos que essa distinção esteja profundamente arraigada em nosso pensamento, de maneira que as pessoas distinguem facilmente entre *o que sabem*

sobre um assunto de *sua opinião* sobre ele. Já mencionamos que, no discurso, o conhecimento cultural está frequentemente pressuposto, enquanto as opiniões normalmente são defendidas. Entretanto, não podemos deixar de observar que o que para algumas pessoas (ou em alguns contextos) é definido como *conhecimento*, pode ser para outras (em outros contextos) apenas *opinião*. Podemos concluir que a distinção entre conhecimento e opinião é muito relativa, porque depende do critério de verdade ou de validade que estabelecemos.

De forma geral, os critérios de verdade/validade advindos do *senso comum* (construídos no cotidiano das relações sociais) se constituem no parâmetro de distinção *a priori*, entre o que é comum a todos e o que se especifica como particularidade. Partindo dessa distinção e, considerando a sociedade uma totalidade composta por grupos sociais, entendemos por *crenças culturais* as formas de conhecimentos mais gerais, que podem ser tomadas como base cultural da mente social, e os conhecimentos específicos, cujos critérios de verdade são definidos pelos grupos sociais, chamamos de *base ideológica*. Pode parecer estranho considerar todo conhecimento específico de grupo como conhecimento de base ideológica, mas o que consideramos aqui é o fato de que quaisquer que sejam os conhecimentos (factual ou valorativo), que especifica um grupo, certamente, eles se constituem em recursos simbólicos específicos, que servem aos interesses dos grupos, orientados pela maneira como eles absorvem o que é comum a todos.

Sistema de conhecimento: opinião e atitude

No discurso, os sistemas de conhecimentos são formulados e reformulados continuamente, levando o homem a agir no mundo. No dizer de Bakhtin (2006), esse agir não se confunde com a ação física em si, ainda que a englobe, trata-se de uma ação situada a que é atribuído

ativamente um sentido no momento em que é realizada. Contrariando essa posição, van Dijk (2012) entende que as pessoas podem *participar de* ou *compartilhar* uma atitude social, da mesma forma que compartilham conhecimentos. Dessa forma, pressupõe-se que um *agir discursivamente* pode sustentar outras práticas sociais, como é o caso dos atos de discriminação, que se encontra embasado no tipo de conhecimento que as pessoas têm sobre os fatos sociais. Entendemos com van Dijk que, se não fosse assim, estaríamos negando que os prejuízos causados, por exemplo, pelos atos discriminatórios existem independentemente do comportamento discriminatório e que esses comportamentos são independentes da maneira como as pessoas constroem seus conhecimentos sobre os fatos do mundo.

Referindo-se a essa questão, van Dijk (2012) informa que alguns psicólogos sociais defendem a posição segundo a qual opiniões e atitudes não existem por si. Dizem eles que as opiniões são construções sociais, por isso, elas devem ser definidas em termos de sua formulação discursiva, que varia de acordo com os contextos no qual os falantes representam dinamicamente algum tipo de estrutura retórica como um argumento. Para van Dijk (2012), tal posição é reducionista, porque considera apenas o nível descritivo das opiniões e atitudes, ignora que atividades humanas como opinião e atitude possam ter estruturas explicativas subjacentes aos discursos.

Segundo van Dijk aceitar essa posição reducionista seria o mesmo que dizer que “sentir fome não existe”, a não ser, quando vemos alguém comendo muito. Sabemos que as pessoas têm fome, mesmo quando não estão comendo, porque podemos discernir sobre isso. Da mesma forma, também podemos discernir que sentir fome, em alguns casos, pode significar não ter meios materiais para suprir essa necessidade fisiológica e que esse é um problema real vivido por muitas pessoas e, ainda, que a pobreza de alguns se deve a riqueza de outros. Além de que discernir sobre uma questão implica conjuntamente uma atitude frente a ela, de conformidade ou não.

As opiniões, desse modo, não são apenas formulações discursivas, elas são também atitudes guiadas por modelos mentais construídos socialmente. São, portanto, crenças que podem ser identificadas pelos modos como os membros de grupos coordenam e organizam suas práticas sociais em diferentes situações. Como sistemas de conhecimentos e atitudes, essas crenças estão organizadas de diferentes maneiras, por exemplo, por estruturas similares a esquemas, enquanto forma de organização na memória, tais como *scripts*, *cenários* e *frames*: *scripts* são esquemas de ações estereotipadas em que os conhecimentos se estruturam por relações sequenciais; *cenários* se reportam aos esquemas que orientam o modo de agir em determinada situação para alcançar determinado fim; *frames* são esquemas cognitivos de conhecimento estereotipados ordenados associativamente sem qualquer relação do tipo temporal ou causal. Esses esquemas podem mapear⁴ a maneira pela qual os conhecimentos comuns, socialmente compartilhados, podem se organizar na memória enquanto sistema de representação. Para denominar o conjunto organizado de crenças sociais compartilhadas, van Dijk (2012) utiliza o termo mais geral *representações sociais*.

Representações sociais e discurso

As representações sociais são um sistema (ou sistemas) que abrange todas as formas de conhecimento, com as quais as pessoas organizam

4 Essa noção de mapeamento mental envolve a inter-relação entre as marcas deixadas (pelo produtor) no texto e as pistas usadas (pelo leitor) para a interpretação. Em um nível global, o mapa mental é indicativo da forma como as realidades sociais são investidas de forma particular. Este mapeamento, portanto fornece dois grupos de informações relevantes para determinar como o contexto afeta a interpretação do texto em qualquer caso particular: a relevância de certos elementos, diminuindo a importância de outros; a relação dos elementos que constituem os objetos de discurso de determinada maneira e não de outra e as relação interdiscursivas convocadas para significar no texto.

suas relações com outras pessoas na sociedade. São essas representações que orientam as condutas e os comportamentos das pessoas no meio social, permitindo a cada indivíduo interiorizar suas experiências, práticas e modelos de conduta, ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados. A importância das representações sociais, desse modo, está no fato de que elas fundamentam práticas e atitudes dos atores sociais, uns em relações aos outros, aos contextos e aos eventos comunicativos.

Falar de representações sociais implica necessariamente falar de comunicação, pois é no processo comunicacional que as representações sociais são geradas e expressas. Como nos mostra Moscovici, uma condiciona a outra, porque nós não podemos nos comunicar *sem que partilhemos determinadas representações e uma representação é compartilhada e entra na nossa herança social quando ela se torna um objeto de interesse e de comunicação* (Moscovici, 2003, p. 371).

Moscovici considera a comunicação como parte dos estudos das representações sociais. Seus trabalhos marcam bem esse postulado, visto que estabelecem justamente a relação entre esses dois campos. Para ele, uma representação *fala tanto quanto mostra*, *comunica 'tanto quanto exprime*, é um tipo de conhecimento cuja função é a elaboração de comportamentos e a comunicação entre pessoas” (Moscovici, 1978, p. 27).

A comunicação situa o discurso na base das relações intersubjetivas, além de constituir o principal ponto de apoio de toda a atividade cognitiva. O discurso, portanto, é um processo intencional⁵ que leva as pessoas a interagirem com outras pessoas e com o mundo. Na visão de Moscovici, nós nos apropriamos dos modelos de representação social a cada experiência pessoal, criando nossa própria versão de mundo. São esses modelos de experiência que ativam nossa consciência. Estar consciente significa, entre outras coisas, que percebemos e interpreta-

5 A noção de intencionalidade é vista aqui como capacidade de voltar-se ou referir-se a algum objeto.

mos a nós mesmos, aos outros e a nosso entorno. Para o autor, a materialidade das representações e do seu processo aos olhos dos sujeitos, seu deslocamento, sua naturalização e projeção consiste num mecanismo psicossocial de apresentação/construção social da realidade.

Uma vez construídas, as representações sociais não se convertem necessariamente em leis de funcionamento social, mas sim em elemento de *construção* que assume um lugar central, representando o esforço de trazer o *indivíduo* ao seu lugar de sujeito, cuja condição social o constitui e o faz, ao mesmo tempo, constituinte dessas representações. Daí, a importância de se compreender os processos pelos quais a produção dessas representações e sua posterior reificação acontecem. São eles: a *objetivação* e a *ancoragem*. A *objetivação* é o processo pelo qual são materializados as ideias e os conceitos. É o processo pelo qual os conteúdos mentais dos indivíduos assumem caráter externo, pois se projetam, tomam formas e tendem a se consolidar, a se tornarem objetos; isso corresponde a dar um caráter material às nossas abstrações e imagens, a metamorfosear as palavras em coisas. (Moscovici, 1990, p. 272).

Portanto, *objetivar* nas palavras de Moscovici é reabsorver um excesso de significações, materializando e trazendo para o universo vivido o que antes era palavra ou símbolo. Assim, o que antes era conhecimento específico de um grupo, por exemplo, pode vir a ser objetivado e incorporado ao *mundo da vida* socialmente compartilhado. Para usarmos um exemplo mais recente: cada um pode falar em “globalização” ou “desemprego” sem associar diretamente esses conceitos a estudos sociológicos, econômicos ou políticos em que foram objetivados.

Jodelet (1989) amplia o sentido que Moscovici atribui à objetivação, assinalando a tensão imanente entre um lado estruturado e conservador (informações, imagens, modelos normativos, esquemas cognitivos já estabelecidos) e um lado estruturante subversivo (um

novo conhecimento). Segundo a autora, essas duas faces ficam mais claras nos mecanismos pelos quais a objetivação atua: a *classificação e naturalização*. A classificação é uma forma de tornar o conceito cognitivamente inteligível, enquanto a naturalização introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, diminuindo o impacto de uma nova concepção.

No processo de naturalização, o mecanismo da ancoragem é entendido como a penetração de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade. A ancoragem consiste, portanto, na incorporação do objeto representado a um esquema de categorias já existente. Fundamenta-se pela capacidade de representar negociando com a *realidade* já aceita, de modo que vale menos a pretensão à verdade que a realização do consenso. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencças sociais, dos posicionamentos recíprocos, isto é, percepção mútua de si e do outro nas relações sociais. Tudo o que nos faz agir, preencher uma função e nos posicionar nas relações sociais, obedece a uma representação dominante, ou seja, aquela que tem um maior grau de ancoragem e, portanto, de legitimação e partilha no ambiente social (Moscovici, 1990). Por exemplo, uma nova categorização social para a “velhice” pode ser ativada quando, pelo processo de ancoragem na *produtividade e consumo* do indivíduo - característica do sistema capitalista dominante, é assentada uma nova representação dessa fase da vida não mais como negativa no sentido de indivíduo improdutivo, e sobretudo não como consumidor ativo, mas ressignificada positivamente como *a melhor idade* ou *a terceira idade*, apontando para uma fase ainda potencialmente produtiva, e, especialmente apta para o consumo, este sobretudo voltado para a manutenção da longevidade no que se inclui saúde e lazer.

É na ancoragem, portanto, que a representação assume seu caráter eminentemente social. Os novos elementos são percebidos através

do *filtro* do indivíduo ou do grupo. Nesse sentido, emerge uma das características fundamentais da representação na teoria de Moscovici (1990): só se pode falar em representação como representação de alguém, isto é, de um grupo específico, que tem e partilha informações, convenções e emoções específicas, isto é, a representação não está *fora* do grupo nem *sobre* ele. Em outros termos, é preciso localizar socialmente o agente da representação social, em lugar de tratá-lo genericamente. Ou seja, cada grupo social poderá agir de forma diferente em relação a um mesmo elemento e, na interação entre os grupos, o resultado desse processo (o que passa e o que se fixa ou o que muda e o que permanece) não pode ser dito *a priori*, porque depende da dinâmica das relações e da adaptação às novas situações sociais que vão emergindo historicamente.

O fato de *não poder ser dito antes*, porém, não significa que não se possam identificar tendências. A questão principal aqui é que as representações sociais não são objetos sólidos, significados que, uma vez construídos, transformam-se numa essência estática e imutável. Isso seria semelhante a pensar a dinâmica social como algo que em algum momento se paralisa no tempo. Mesmo uma tradição, que sugeriria mais fortemente essa característica, não pode ser pensada senão em termos da dinâmica de sua adaptação aos novos contextos, o que pressupõe, no mínimo, a necessidade de entrar em relação com novos elementos que vão surgindo, ainda que seja para reafirmar sua permanência. Enfim, as noções de permanência e transformação estão em constante diálogo, no que se refere às representações sociais.

Do ponto de vista cognitivo, o novo se dá em termos de reconstrução das cadeias de significação que formam um determinado objeto (pessoa, coisa, conhecimento), restringindo-o simbolicamente e também inscrevendo no significante novos significados (Jodelet, 1989). No que se refere aos discursos, a contínua reconstrução do objeto da representação a cada atualização ou (re)contextualização forma um novo objeto independente do objeto do qual se originou.

Nessa perspectiva, a maneira como os objetos das representações é tratada num discurso não coincide com as representações sociais em si. Elas são interpretadas, reconstruídas e expressas como uma forma de conhecimento particular que modela o objeto com o suporte linguístico, bem como o comportamento e atitudes do sujeito, cuja prática linguageira se encontra intrinsecamente relacionada à sua experiência social: comunicativa e interacional. A reconstrução discursiva do objeto da representação toma certo distanciamento da representação original (quando possível a distinção), podendo tomar formas variadas, tais como: *distorção* - todas as características do objeto estão presentes, umas mais exageradas ou minimizadas que outras; *suplementação*: seriam investidos aspectos inexistentes e imaginários no objeto, com a finalidade de torná-lo adaptado aos valores dominantes; e *impressão*: parte dos aspectos que formam os objetos é eliminada por critérios figurativos.

Como pudemos observar, a questão do discurso se aloca no nível cognitivo e social e o contexto sociocognitivo nos permite compreender essa relação com mais clareza, deixando em evidência, ao tratarmos dos discursos e as representações sociais, que lidamos não apenas com materiais simbólicos ou subjetivos, mas também com a sua *materialidade*, em dois sentidos: em primeiro lugar, em sua gênese, tendo em vista os referenciais, os dados da realidade social – concretos ou conceituais – aos quais se referem às representações; e em segundo lugar, em sua atualização e objetivação, ou seja, na forma como se convertem em práticas discursivas, inscrevendo-se nas relações sociais e tendo repercussões concretas na vida das pessoas.

Considerações finais

Privilegiamos, nesse capítulo, apenas algumas contribuições de diferentes áreas de conhecimento que, junto a vertente sociocognitiva

da ACD, tem concorrido para a ampliação do entendimento sobre o discurso e o modo de funcionamento dos conhecimentos nele construídos e veiculados, que nos faculta compreender o modo pelo qual construímos, mantemos e transformamos as realidades sociais. Sendo o discurso uma prática social é ele essencial na mediação e administração das crenças construídas, negociadas e compartilhadas. É no discurso e na sua relação com o poder e a história, que se expressa, legitima e transmite as formas de conhecimento culturais e ideológicas, que são validadas em um dado tempo e espaço em que se inscrevem as relações sociais do indivíduos nas interações com o mundo : com outros indivíduos, com as instituições, com seus grupos de pertença e outros grupos sociais.

No que tange a dialética entre o individual e o social, importa dizer que sua dinâmica envolve ao mesmo tempo duas dimensões mutuamente relacionadas: por um lado, processos mentais do indivíduo relacionados a memória e esquemas mentais; por outro lado, estruturas de ações em que o discurso está imerso e onde subjazem às determinações sociais.

Nessa perspectiva, a noção do contexto sociocognitivo se faz importante para o entendimento entre dessa dialética entre o social e o individual no discurso, procurando destacar que os modelos de contextos são interpretações subjetivas dos conhecimentos sociais em um processo de interação situado. E que tais contextos são vistos como construções mentais elaboradas pelos interlocutores, com base em distintos elementos em uma situação social específica, que eles tomam como relevantes para a sua produção discursiva. Dissemos ainda com van Dijk (2012) que não há uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais, mas interpretações que os percipientes do processo comunicativo situados em alguma prática elaboram sobre esses aspectos. Nesse sentido ainda, recorreremos a alguns aspectos da teoria das representações sociais para melhor entendimento de como os contextos operam na interface entre a prática

social e a discursiva. E nessa direção, destacamos que o processo de elaboração ou compreensão da materialidade discursiva não é *diretamente controlado* pelos papéis dos interlocutores que ocupam, sua classe social ou sua idade. Esses elementos vão constituir subjetivamente o discurso e sua materialidade, mas anterior a isso tudo dependerá, primeiramente, de como as pessoas compreendem e interpretam os elementos contextuais a partir de seus modelos mentais relevantes para a elaboração e recepção dos textos, que envolvem os conhecimentos por elas compartilhados.

Referências

- DIAS, Paula Pinho. *Representações textuais-discursivas na construção do mito de Cora Coralina*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo: 2013.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.
- EAGLETON, Terry. *O que é ideologia*. Uma introdução. São Paulo: Ed. Unesp/ Boitempo, 1997
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 1989/2012.
- JODELET, D. Les Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org.), *Les représentations Sociales*. Paris: Press University de France, 1989.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução Pedrinho Arcides Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MOSCOVICI, Serge. *A Máquina de Fazer Deuses*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

- MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e contexto: Uma abordagem sociocognitiva*. São Paulo: Contexto, 2012.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *Racism y análisis crítico de los médios*. Barcelona: Paidós Comunicación, 1997.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. *El discurso como interacción social*. Volume 2. Barcelona: Gedisa, 2000.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. Opinions and ideologies in *Editorials*. In 4th International of Critical Discourse Analysis: Language, Social Life and Critical Thought. Atenas, 14 a 16 de dezembro, 1995. Segunda versão: março, 1996.
- VAN DIJK, Teun Adrianus & KINTSCH, Walter. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.

